



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000066

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2024

Contrato nº 46/2024
Inexigibilidade de Licitação nº 07/2024
Processo nº 2394/2024

TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ E O CENTRO DE PESQUISA E REABILITAÇÃO VISUAL DE ITAPETININGA — CEPREVI.

Pelo presente instrumento, as partes, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ**, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.634.341/0001-10, com sede à Praça 13 de Março, nº 25, Centro, na cidade de Sarapuí/SP, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. **Gustavo de Souza Barros Vieira**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 43.625.506-6, inscrito no CPF sob nº 318.426.348-79, e de outra lado o **Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga — CEPREVI**, com sede na Rua Josepha Zaglobinski Krapf, nº 932, Jardim Bela Vista, Itapetininga -SP, inscrita no CNPJ sob nº. 05.697.406/0001-99, com Estatuto Social aprovado em 01.11.2013, neste Ato representado por seu Presidente **Alcideney Scheidt**, inscrito no CPF sob nº. 232.299.269-00, doravante denominado CEPREVI, tem entre si, justo e acordados a celebração do presente termo de Colaboração, enunciando as seguintes cláusulas e condições que regerão o presente termo em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021 e na Lei Federal nº 13.019/2014 e suas alterações, a Lei Municipal nº 1802/2024 e 1743/2023, doravante denominada Lei que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, inclusive aos casos omissos.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - Celebração de parceria/convênio entre a Prefeitura Municipal de Sarapuí e o Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga — CEPREVI, para atendimento especializado à 03 (três) pacientes com deficiência visual.

II - O presente instrumento tem por objetivo efetivar serviços de reabilitação à pessoa com deficiência visual do município de Sarapuí com base nos seguintes programas:

- a) Diagnóstico - Compreende a triagem e avaliação funcional da visão, além de avaliação do desenvolvimento global, incluindo aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais.
- b) Reabilitação - Atendimento ambulatorial nos setores de fisioterapia, terapia ocupacional e psicologia clínica, destinado a crianças, adolescentes, adultos e idosos com deficiência visual, com ou sem outros comprometimentos associados (motores, auditivos ou intelectuais). Inclui orientações, consultas, atendimento terapêutico ambulatorial e treino de orientação e mobilidade, de acordo com a especificidade de cada caso, visando sempre ganhos funcionais e físicos.
- c) Prevenção - Ações educativas em saúde relacionadas à prevenção da deficiência visual, por meio de realização de palestras/orientações junto aos usuários dos



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000067

serviços de atenção básica em saúde quanto ações preventivas relacionadas a deficiência visual.

III – A instituição deverá ter capacidade para atender pacientes de ambos e de toda faixa etária, sendo encaminhados pela Diretoria de Saúde do Município de Sarapuí.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA REALIZAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

I - Os procedimentos serão realizados por profissionais da equipe clínica do CEPREVI em horários previamente agendados, para pacientes da entidade e aqueles encaminhados pelos serviços públicos de saúde, sem limite de idade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

I - Repassar ao CEPREVI até o dia 15 de cada mês os recursos financeiros estabelecidos no Cronograma de Desembolso ou quando requisitados por este no caso de despesas cujo provisionamento seja de responsabilidade do Poder Público, desde que devidamente justificado;

II - Monitorar a produção ambulatorial por meio do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle;

III - Acompanhar os relatórios mensais e anuais apresentados verificando o cumprimento do termo de fomento pela entidade.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CEPREVI

I - Desenvolver as ações objeto dessa parceria, conforme o estabelecido na proposta de trabalho;

II - Manter o quadro de recursos humanos necessário ao desenvolvimento das atividades conveniadas, atendendo às qualificações técnicas estabelecidas pela PREFEITURA;

III - Gerenciar os recursos financeiros repassados pela PREFEITURA, garantindo sua aplicação no atendimento estabelecido por esta parceria;

IV - Encaminhar mensalmente à PREFEITURA, até o dia 20 de cada mês, a prestação de contas dos recursos recebidos no mês anterior, para exame e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde;

V - Submeter as ações em de saúde sob sua responsabilidade a processos de Auditoria, por equipe constituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

VI - Efetuar o pagamento dos profissionais contratados para a execução das ações conveniadas, de fornecedores de material de consumo e prestadores de serviços, bem como quitar os encargos decorrentes dessas contratações, evitando a formação de



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000068

quaisquer passivos que possam ser transferidos indiretamente ao Poder Público Municipal quando de encerramento da parceria;

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

I - Os recursos financeiros repassados pela PREFEITURA ao CEPREVI deverão ser aplicados única e exclusivamente nas ações de saúde previstos no objeto desta parceria, conforme o previsto no plano de aplicação e cronograma de desembolso.

II - O valor total a ser repassado pela PREFEITURA é de R\$ 31.005,00 (Trinta e um mil e cinco reais), considerando o valor mensal de R\$ 861,25 (Oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos) por paciente, com a possibilidade de suplementação, caso os convenientes assim estabeleçam, mediante termo aditivo próprio de acordo com a cláusula nona.

III - Os pagamentos serão efetuados em Conta-Corrente, nas condições estabelecidas na Cláusula 03ª.

Banco do Brasil Agência: 199-6 Conta Corrente: 76.596-1

CLÁUSULA SEXTA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS.

I - O CEPREVI encaminhará mensalmente à PREFEITURA, até o dia 20 de cada mês, a prestação de contas dos recursos repassados no mês anterior, observando-se as exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

II - A Prestação de contas mensal será instruída com os seguintes documentos:

- a) Demonstrativo Integral de Receitas e Despesas;
- b) Relação de Pagamentos Efetuados;
- c) Cópia dos extratos bancários das contas correntes citadas no Inciso II da Cláusula Quinta;
- d) Cópia dos comprovantes de despesas;
- e) Planilha com relação de atendimentos mensais por tipo de ação executada,

III - Os documentos originais comprobatórios das despesas deverão ser carimbados com a identificação do número deste Termo de Fomento e da Prefeitura do Município de Sarapuí, e arquivados pelo CEPREVI em ordem cronológica, ficando a disposição do Poder Público Municipal, Conselho Municipal de Saúde e Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS METAS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

I - As metas a serem alcançadas por meio desta parceria são:



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000069

Nº	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL PELA AÇÃO	Nº DE ATENDIDOS	DIVISÃO POR GRUPO	DURAÇÃO	PERIODICIDADE
1	Orientação e Mobilidade	Fisioterapeuta	03	Período da manhã	Das 09:00 às 10:15 horas	Segundas-feiras
2	Práticas e noções de atividade de vida diária	Terapeuta Ocupacional	03	Período da Manhã	Das 08:00 às 08:45 horas Das 08:45 às 09:30 horas	Quartas-feiras Sextas-feiras
3	Grupo Psicoterapêutico	Psicóloga e Assistente social	03	Período da Manhã	Das 08:00 às 09:30 horas Das 10:45 às 11:00 horas	Segundas-feiras Quartas-feiras
4	Tecnologia Assistiva	Terapeuta Ocupacional	03	Período da Manhã	Das 10:15 às 11:00 horas Das 09:30 às 10:15 horas	Sextas-feiras Quartas-feiras
5	Fisioterapia	Fisioterapeuta	03	Período da manhã	Das 10:15 às 11:00 horas Das 08:45 às 09:30 horas	Segundas-feiras Quartas-feiras
6	Método Snoezelen	Terapeuta Ocupacional	03	Período da manhã	Das 08:00 às 08:45 horas	Sextas-feiras
7	Comunicação alternativa - Braille	Psicopedagoga	03	Período da manhã	Das 11:00 às 12:00 horas	Segundas, quartas e sextas-feiras

II - Um relatório anual deverá contemplar o alcance da meta estabelecida no Programa de Trabalho, utilizando como parâmetros os critérios determinados pelo presente termo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

II - O presente termo terá vigência de 12 (doze) meses e entrará em vigor a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado se houver interesse entre as partes, através da celebração de Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA - DA MODIFICAÇÃO

Este Termo de Fomento poderá ser modificado em qualquer de suas Cláusulas ou condições mediante registro por simples apostila ou Termo Aditivo, de comum acordo entre os partícipes, desde que tal interesse seja manifestado mediante justificativa, por uma das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RECISÃO CONTRATUAL



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000070

I - O contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas no art. 139, sem prejuízo das sanções previstas naquela lei e neste ato convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o direito à prévia e ampla defesa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA GESTÃO CONTRATUAL

I - A gestão e fiscalização do presente termo de fomento será exercida pelos responsáveis indicados abaixo:

II - Fica designado como gestor do termo de fomento o seguinte servidor: **Marcos Paulo Machado**, (Diretor de Saúde), o qual será responsável pela coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa, bem como dos atos preparatórios à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para formalização dos procedimentos quanto aos aspectos que envolvam a prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, eventual aplicação de sanções, extinção do Contrato, bem como o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais quanto às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, e quanto ao controle do Contrato e às providências tempestivas nos casos de inadimplemento.

III - Fica designado como fiscal do Contrato o seguinte servidor: **Viviane Afonso de Oliveira**, Chefe Administrativo da Saúde, inscrita no CPF nº 326.744.458-66, o qual acompanhará e fiscalizará sua execução nos Termos do Art. 117 da Lei nº 14.133/2021, pelo qual deverá avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e, se for o caso, aferir se a quantidade, qualidade, tempo e modo da prestação ou execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estipulados no edital, para efeito de pagamento conforme o resultado pretendido pela Administração.

IV - Em caso de eventual irregularidade, inexecução ou desconformidade, o agente fiscalizador dará ciência à entidade, bem assim das providências exigidas para sanar a falha ou defeito apontado. Todo e qualquer dano decorrente da inexecução, parcial ou total, ainda que imposto a terceiros, será de única e exclusiva responsabilidade da entidade.

V - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui e nem reduz a responsabilidade da entidade por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do ajuste, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aqueles provenientes de vício redibitório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PROTEÇÃO DE DADOS EM CONFORMIDADE À LEI 13.709/2018

12.1 - As partes entre si, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da prestação de serviços objeto desta relação, comprometem-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000071

peçoais a que tiverem acesso durante a relação contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD).

12.2 - Cada Parte será individualmente responsável pelo cumprimento de suas obrigações decorrentes da LGPD e das regulamentações emitidas posteriormente pela autoridade reguladora competente.

12.3 - De acordo com o que determina a Lei Geral de Proteção de Dados, as Partes obrigam-se a tratar os dados pessoais a que tiverem acesso unicamente para os fins e pelo tempo necessários para o cumprimento das suas obrigações e para a adequada execução do objeto contratual, ou ainda com fundamento em base legal válida e específica.

12.4 - Cada uma das Partes deverá também adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas, aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados.

12.5 - Cada uma das Partes obriga-se a comunicar à outra, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, qualquer descumprimento das obrigações previstas neste instrumento, assim como qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante à outra Parte, aos dados pessoais e/ou aos seus titulares, mencionando no mínimo o seguinte:

- I) a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- II) as informações sobre os titulares envolvidos;
- III) a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- IV) os riscos relacionados ao incidente;
- V) os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
- VI) as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.

12.6 - O presente instrumento não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito deste instrumento, que permanecerão sendo de propriedade do seu proprietário originário.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000072

12.7 - As Partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra Parte no cumprimento das suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

12.8 - Cada Parte se compromete ainda, nas hipóteses de rescisão contratual, por qualquer motivo, ou por solicitação da outra Parte, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO TRATAMENTO DOS DADOS COLETADOS DA CONTRATADA

13.1 - A Contratada autoriza a coleta de dados pessoais imprescindíveis a execução deste contrato, tendo sido informado quanto ao tratamento de dados que será realizado pela Contratante, nos termos da Lei nº 13.709/2018, especificamente quanto a coleta dos seguintes dados: dados relacionados à identificação pessoal do responsável pela empresa, como nome, RG e CPF, a fim de que se garanta a fiel contratação pelo respectivo titular; dados relacionados ao endereço da Contratada e de seu representante, tendo em vista a necessidade da Contratante proceder ao envio de documentos/notificações e outras garantias necessárias ao fiel cumprimento do contrato ora assinado.

13.2 - Os dados coletados poderão ser utilizados para compartilhamento com autoridade administrativa e judicial no âmbito de suas competências com base no estrito cumprimento do dever legal, bem como com os órgãos de proteção ao crédito a fim de garantir a adimplência do presente instrumento.

13.3 - Os dados coletados com base no legítimo interesse da Contratante, bem como para garantir a fiel execução do contrato por arte da Contratada, fundamentam-se no artigo 7º da LGPD.

13.4 - A Contratante informa que todos os dados pessoais solicitados e coletados são os estritamente necessários para os fins almejados neste contrato.

13.5 - A Contratada autoriza o compartilhamento de seus dados, para os fins descritos nesta cláusula, com terceiros legalmente legítimos para defender os interesses e as exigências em relação à execução de políticas públicas da Contratante.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000073

13.6 - A Contratada possui tempo determinado de 05 (cinco) anos para acesso aos próprios dados armazenados, podendo também solicitar a exclusão de dados que foram previamente coletados com seu consentimento.

13.7 - A exclusão de dados será efetuada sem que haja prejuízo por parte da Contratante, tendo em vista a necessidade de guarda de documentos por prazo determinado de 05 (cinco) anos, conforme Lei Civil. Para tanto, caso a Contratada deseje efetuar a revogação de algum dado, deverá preencher uma declaração neste sentido, ciente que a revogação de determinados dados poderá importar em eventuais prejuízos na prestação de serviços.

13.8 - A Contratada autoriza, neste mesmo ato, a guarda dos documentos (contratos, documentos fiscais, notificações, ordens de serviços) em que pese eles possuam dados pessoais, por parte da Contratante a fim de que ela cumpra com o determinado nas demais normas que regulam o presente contrato, bem como para o cumprimento da obrigação legal nos termos do artigo 16, inciso I, da Lei Geral de Proteção de Dados.

13.9 - Em eventual vazamento indevido de dados a Contratante se compromete a comunicar seus contratados sobre o ocorrido, bem como sobre qual o dado vertido.

13.10 - A Contratante informa que a gerencia de dados ocorrerá através de um sistema que colherá e tratará os dados na forma da lei.

13.11 - A Contratante informa que efetuará a manutenção do registro das operações de tratamento de dados pessoais da forma mencionada na cláusula anterior.

13.12 - Rescindido o contrato os dados pessoais coletados serão armazenados pelo tempo determinado de 05 (cinco) anos. Passado o termo de guarda pertinente, a Contratante se compromete a efetuar o descarte dos dados adequadamente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I - É vedada a cobrança por serviços adicionais de saúde prestados e pelos insumos produzidos através da execução do objeto deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente instrumento será publicado na Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000074

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORUM

Fica eleito o Fórum da Comarca de Itapetininga, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução deste Termo de Fomento. Estando as partes justas e avençadas, firmam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, na presença de testemunhas, para que surtam efeitos legais.

Sarapuí, 18 de junho de 2024.

Gustavo de Souza Barros Vieira
Prefeito Municipal

Alcideney Scheidt
Presidente - CEPREVI

Marcos Paulo Machado
Diretor de Saúde
(Gestor)

Viviane Afonso de Oliveira,
Chefe Administrativo da Saúde
(Fiscal)



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000075

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Sarapuí

CONTRATADO: Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga — CEPREVI

CONTRATO Nº 46/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 01/2024

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Sarapuí, 18 de junho de 2024.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Gustavo de Souza Barros Vieira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 318.426.348-79



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000076

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Gustavo de Souza Barros Vieira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 318.426.348-79

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: Gustavo de Souza Barros Vieira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 318.426.348-79

Assinatura: _____

Pela contratada:

Nome: Alcideney Scheidt

Cargo: Presidente

CPF: 232.299.269-00

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Gustavo de Souza Barros Vieira

Cargo: Prefeito Municipal

CPF: 318.426.348-79

Assinatura: _____

GESTOR(ES) DO CONTRATO:

Nome: Marcos Paulo Machado

Cargo: Diretor de Saúde

CPF: 314.312.928-00

Assinatura: _____

DEMAIS RESPONSÁVEIS:

Tipo de ato sob sua responsabilidade: Fiscal

Nome: Viviane Afonso de Oliveira

Cargo: Chefe Administrativo da Saúde

CPF: 326.744.458-66

Assinatura: _____

Viviane Afonso de Oliveira



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000077

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO AO TITULAR DE DADOS EM PROCESSOS DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ

CONTRATADO: CENTRO DE PESQUISA E REABILITAÇÃO VISUAL DE
ITAPETININGA — CEPREVI

PROCESSO Nº 2394/2024

TERMO DE COLABORAÇÃO N.º 01/2024

OBJETO: Celebração de parceria/convênio entre a Prefeitura Municipal de Sarapuí e o Centro de Pesquisa e Reabilitação Visual de Itapetininga — CEPREVI, para atendimento especializado à 02 (dois) pacientes com deficiência visual.

Sarapuí, 18 de junho de 2024.

Pelo presente TERMO, nós, acima identificados declaramos CIÊNCIA de que:

A Prefeitura Municipal de Sarapuí, por meio deste termo, informa sobre o tratamento dos seus dados pessoais no âmbito dos processos de licitação. A proteção da sua privacidade e a segurança dos seus dados são de extrema importância para nós, e estamos em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e demais regulamentações aplicáveis.

1. Identificação do Responsável pelo Tratamento

Nome: Prefeitura Municipal de Sarapuí

CNPJ: 46.634.341/0001-10

Endereço: na Praça 13 de Março, nº 25, Centro, Sarapuí /SP

2. Dados Pessoais Tratados

No contexto dos processos de licitação, podemos coletar, armazenar e tratar os seguintes dados pessoais dos licitantes e/ou seus representantes das empresas:

- Dados de Identificação: Nome, endereço, RG, CPF, telefone, e-mail, entre outros.
- Dados Profissionais: Experiência, qualificações, certificações, referências, currículo, entre outros.
- Dados Financeiros: Informações bancárias, entre outros.

3. Finalidade do Tratamento

Os seus dados pessoais serão tratados com as seguintes finalidades relacionadas aos processos de licitação:



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000078

- **Avaliação de Propostas:** Utilizaremos seus dados para análise, avaliação e verificação das propostas apresentadas nos processos de licitação.
- **Contato e Comunicação:** Utilizaremos seus dados para nos comunicarmos com você durante o processo de licitação, como para enviar notificações, solicitar documentos adicionais ou fornecer informações relevantes.
- **Cumprimento de Obrigações Legais:** Utilizaremos seus dados para cumprir obrigações legais relacionadas aos processos de licitação, incluindo a divulgação de informações e a emissão de contratos.

4. Fundamento Legal

O tratamento dos seus dados pessoais é realizado com base nos seguintes fundamentos legais:

- **Execução de Contrato:** Quando necessário para a execução do contrato de licitação em que você é participante.
- **Cumprimento de Obrigações Legais:** Quando necessário para cumprir obrigações legais relacionadas aos processos de licitação.

5. Compartilhamento de Dados

A Prefeitura Municipal de Sarapuí poderá compartilhar seus dados pessoais com terceiros, quando necessário e de acordo com a legislação aplicável, incluindo:

- **Órgãos de controle e fiscalização:** Os dados podem ser compartilhados com órgãos de controle e fiscalização, como o Tribunal de Contas e Ministério Público, quando necessário para o exercício de suas atribuições legais de fiscalização e controle da administração pública.
- **Empresas e fornecedores participantes do processo licitatório:** Durante o processo de licitação, os dados podem ser compartilhados com as empresas e fornecedores que participam do certame, desde que seja necessário para a condução da licitação e esteja em conformidade com as regras estabelecidas no edital.
- **Comissões de licitação e equipe técnica:** Os dados podem ser compartilhados com as comissões de licitação e equipe técnica responsáveis pela condução do processo licitatório, desde que seja necessário para a avaliação das propostas, habilitação dos licitantes e tomada de decisões relacionadas à licitação.
- **Outros órgãos e entidades da administração pública:** Em alguns casos, os dados podem ser compartilhados com outros órgãos e entidades da administração pública, desde que seja necessário para a realização de atividades relacionadas à licitação ou para o cumprimento de obrigações legais.

6. Medidas de Segurança

Implementamos medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger seus dados pessoais contra acesso não autorizado, uso indevido, divulgação não autorizada ou alteração não



autorizada. Essas medidas podem incluir o uso de criptografia, controle de acesso, proteção física e outras salvaguardas apropriadas.

7. Seus Direitos

Você possui direitos garantidos pela LGPD, incluindo o direito de acesso, retificação, exclusão, portabilidade e revogação do consentimento. Para exercer esses direitos ou obter mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais relacionados aos processos de licitação, entre em contato conosco por meio dos canais mencionados abaixo.

8. Contato

Caso tenha alguma dúvida ou necessite de mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais, entre em contato conosco por meio dos seguintes canais:

- Encarregado de Dados: Viviane Leonel da Silva
- E-mail: lgpd@sarapui.sp.gov.br

Agradecemos pela sua participação nos processos de licitação da Prefeitura Municipal de Sarapuí. Estamos comprometidos em proteger a sua privacidade e garantir a conformidade com a LGPD em todas as etapas do tratamento dos seus dados pessoais.

RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DO PRESENTE TERMO:

Pela contratada:

Nome: **Alcideney Scheidt**

Cargo: Presidente

CPF: 232.299.269-00

Assinatura: _____



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000080

TERMO DE ACORDO DE CONFIDENCIALIDADE E SIGILO COM PRESTADORES DE SERVIÇO

Pelo presente Termo de Acordo de Confidencialidade e Sigilo a **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARAPUÍ**, doravante denominada **CONTRATANTE** neste ato representada pelo seu Prefeito o Sr. **Gustavo de Souza Barros Vieira**, portador do documento de identidade n.º RG n.º 43.625.506-6, CPF n.º 318.426.348-79, e de outro lado o **CENTRO DE PESQUISA E REABILITAÇÃO VISUAL DE ITAPETININGA — CEPREVI**, com sede na Rua Josepha Zaglobinski Krapf, n.º 932, Jardim Bela Vista, Itapetininga -SP, inscrita no CNPJ sob n.º. 05.697.406/0001-99, com Estatuto Social aprovado em 01.11.2013, neste Ato representado por seu Presidente **Aldideney Scheidt**, inscrito no CPF sob n.º. 232.299.269-00, doravante denominado CEPREVI, celebram o presente Termo de Acordo de Confidencialidade e Sigilo nos termos abaixo.

1. Objeto

1.1. O presente Termo tem por objeto estabelecer as condições para proteção das informações confidenciais e sigilosas que sejam objeto de compartilhamento entre a Prefeitura e o Prestador de Serviço.

1.2. Para fins deste Termo, entende-se por “Informação Confidencial” todas as informações e/ou documentos que tenham relação com as atividades desenvolvidas pela Prefeitura, seus processos, procedimentos, projetos, negócios, contratos, estratégias, pesquisas, estudos, dados técnicos, financeiros, comerciais, jurídicos, administrativos, contábeis, dentre outros, de natureza sigilosa ou confidencial, que sejam compartilhados entre as partes, de forma escrita, oral ou eletrônica.

2. Obrigações da prefeitura

2.1. A Prefeitura se compromete a fornecer ao Prestador de Serviço somente as informações estritamente necessárias ao desempenho das atividades contratadas, nos termos do contrato firmado entre as partes.

2.2. A Prefeitura deverá instruir o Prestador de Serviço quanto à confidencialidade e sigilo das informações compartilhadas, bem como às diretrizes de segurança da informação, devendo o Prestador de Serviço adotar todas as medidas necessárias para garantir a sua segurança e inviolabilidade.

2.3. A Prefeitura deverá zelar pela segurança das informações compartilhadas, adotando as medidas necessárias para sua proteção, evitando seu extravio, uso indevido, cópia não autorizada ou qualquer forma de acesso não autorizado, inclusive em relação a eventuais terceiros contratados pelo Prestador de Serviço.

2.4. A Prefeitura se compromete a comunicar imediatamente o Prestador de Serviço em caso de qualquer incidente de segurança ou suspeita de violação das informações compartilhadas.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000081

3. Do compromisso de confidencialidade

3.1. O PRESTADOR DE SERVIÇO obriga-se a manter em sigilo todas as informações, documentos, dados e demais informações confidenciais que tiver acesso em razão do contrato firmado com a PREFEITURA, abstendo-se de divulgá-las, reproduzi-las ou utilizar-se delas para qualquer finalidade que não seja o cumprimento das obrigações assumidas no contrato, salvo mediante prévia autorização da PREFEITURA.

3.2. O sigilo e a confidencialidade a que se refere a cláusula anterior deverão ser mantidos pelo PRESTADOR DE SERVIÇO inclusive após a conclusão da prestação dos serviços.

4. Da utilização das informações

4.1. O PRESTADOR DE SERVIÇO não poderá utilizar as informações e documentos aos quais tenha tido acesso em razão da prestação de serviços em benefício próprio ou de terceiros, sem a prévia e expressa autorização da PREFEITURA.

4.2. O PRESTADOR DE SERVIÇO obriga-se a utilizar as informações, dados e documentos acessados em razão da prestação de serviços única e exclusivamente para o cumprimento das obrigações contratuais.

5. Da obrigação de devolução e destinação das informações

5.1. Após a conclusão da prestação dos serviços, o PRESTADOR DE SERVIÇO deverá devolver à PREFEITURA todos os documentos e informações em seu poder, incluindo as cópias e registros.

5.2. O PRESTADOR DE SERVIÇO obriga-se a destinar as informações, dados e documentos acessados única e exclusivamente para o cumprimento das obrigações contratuais, e, uma vez encerrada a prestação dos serviços, deverá eliminá-los, inutilizá-los.

6. Das penalidades

6.1. O PRESTADOR DE SERVIÇO que descumprir o presente Termo estará sujeito às penalidades previstas em lei, regulamento ou norma interna da PREFEITURA.

6.2. Além das sanções previstas em lei, regulamento ou norma interna da PREFEITURA, o PRESTADOR DE SERVIÇO que descumprir o presente Termo estará sujeito à responsabilização civil e criminal, nos termos da legislação aplicável.

7. Da vigência e rescisão

7.1. O presente Termo terá vigência enquanto o PRESTADOR DE SERVIÇO tiver acesso às informações e dados confidenciais, em decorrência do cumprimento das obrigações contratuais.

7.2. O presente Termo poderá ser rescindido a qualquer tempo pela PREFEITURA, mediante comunicação escrita ao PRESTADOR DE SERVIÇO.



Prefeitura Municipal de Sarapuí

Estado de São Paulo

000082

8. Do foro

8.1. Fica eleito o foro da Comarca de Itapetininga, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes.

E por estarem assim justas e acordadas, as partes firmam o presente Termo de Acordo de Confidencialidade e Sigilo, em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Sarapuí, 18 de junho de 2024.

PELO CONTRATANTE:

Nome: Gustavo de Souza Barros Vieira

Cargo: Prefeito

CPF: 318.426.348-79

Assinatura: _____

PELA CONTRATADA:

Nome: Alcideney Scheidt

Cargo: Presidente

CPF: 232.299.269-00

Assinatura: _____